

## PATRIMÓNIO URBANO ASSOCIADO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM AVEIRO

**Palavras-chave:** Património cultural, abastecimento de água, serviços municipalizados, cidades.

**Tema:** *O património natural, histórico, cultural como instrumento de desenvolvimento sustentável: estudos de caso*

**Objectivos:** 1. Identificação e caracterização do património urbano associado ao abastecimento de água; 2. Valorização desse património; 3. Valorização da diversidade do espaço urbano.

**Enfoque teórico:** quadro teórico definido, no essencial, pelas recomendações e convenções sobre o património cultural e arqueológico, desde a Carta de Atenas (1931) à Carta de Cracóvia (2000).

**Sustentação empírica:** Na sequência de um estudo histórico sobre a gestão municipal da água, do saneamento, da electricidade e dos transportes públicos, em Aveiro, foi possível identificar e caracterizar fontes, fontanários, depósitos e condutas de água. Foram, assim, criadas condições para uma discussão mais informada sobre as formas da preservação, valorização e, eventualmente, da refuncionalização desse património.

### Texto:

É durante a Regeneração que o portuense Veríssimo Álvares Pereira, um artista-inventor, que participa na fundação e em sucessivas direcções da Associação Industrial Portuense, regista algumas patentes, «como a do fabrico do grés ou a do *contador de água para efeitos de fornecimento de água canalizada ao domicílio*»<sup>1</sup>. Foi Veríssimo A. Pereira o autor de um dos primeiros pedidos de concessão para o abastecimento de água à cidade do Porto, em 15 de Maio de 1856<sup>2</sup>.

Mas em cidades como Aveiro, o sistema de fontes e chafarizes ainda estava para durar. As primeiras medidas de modernização só tiveram início nas décadas seguintes. Ainda que os anos 70 do séc. XIX ficassem marcados pelo esforço de canalização de água para as principais fontes da cidade, o período que medeia entre o início da Regeneração e a II Guerra Mundial é marcado pela expansão dos tradicionais sistemas de fontes, fontanários e marcos fontanários. De facto, só a partir de 1946 é que a água começa a chegar, finalmente, ao domicílio dos Aveirenses, dando início a uma nova fase da vida urbana.

Para trás ficava um século de sonhos, como os do visionário Eng. Melo Matos (1856-1915), um século de esforços tantas vezes condenados ao fracasso. As crónicas dificuldades financeiras do município aveirense e a ausência de políticas claras, neste domínio, associadas às características geológicas e

---

<sup>1</sup> Jorge Fernandes Alves, «Expor e catalogar... devagar. As exposições industriais no Porto oitocentista», 1999, p. 70.

<sup>2</sup> J. M. Lopes Cordeiro, *Um serviço centenário: o abastecimento domiciliário de água à cidade do Porto (1887-1987)*, 1993, p. 13.

orográficas da cidade e do concelho explicarão o contínuo adiamento da modernização do abastecimento de água.

Como marcos desses sonhos, desses esforços e dessas políticas, a cidade e o concelho existe um tanto esquecido mas rico património urbano, para o qual urge sensibilizar as populações e o poder municipal. Outros, como o Aqueduto do Cojo, foram demolidos e deles resta apenas o registo gráfico em espaços de promoção turística da cidade. Vejamos os exemplos mais salientes dessa história quase anónima.

## I. Fontes e fontanários — um património (quase) esquecido

A toponímia do concelho dá uma ideia do significativo número de fontes, mostrando bem a sua importância para a vida das populações, marcando durante séculos o nome de lugares, ruas, largos e praças. A maioria dos topónimos remontará certamente à Idade Média. Faço notar igualmente que nos estudos sobre toponímia não foram recenseados quaisquer topónimos como *fontanário* ou *marco fontanário*, designações de equipamentos mais recentes. A palavra fonte (do Latim *fonte*) tem o seu primeiro registo conhecido no séc. XIII<sup>3</sup>; *chafariz* é pela primeira vez escrita em 1392<sup>4</sup>. Já o verbete *fontanário* terá sido dicionarizado pela primeira vez em 1881 e o seu sinónimo *fontanário*, em 1899<sup>5</sup>. Não é por acaso que mesmo alguns *fontanários* ou *marcos fontanários* são por vezes referidos como fontes ou chafarizes. João Pedro Machado indica *fontanário* como sinónimo de *fonte*, enquanto a locução *marco fontanário* diz ser uma «coluna ou pilastra em lugar público, com torneira [itálico meu], para os habitantes do sítio tirarem água para o seu uso<sup>6</sup>.

### 1.1. A Fonte dos Amores, século XVI

Em 1559, D. João de Lencastre († 1571), duque de Aveiro, terá contribuído para a construção de uma fonte que ainda hoje existe — a singela Fonte da Benespera, desde há muito conhecida como Fonte dos Amores — o que terá levado a edilidade da época a mandar ali colocar o brasão do referido duque. Sublinhava Marques Gomes, em 1899 — três anos após uma intervenção assinada pela Câmara Municipal de Aveiro —, que «esta fonte é uma das poucas curiosidades que nos restam do século XVI»<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates, 2003, vol. 2, p. 1775.

<sup>4</sup> *Idem*, vol. 1, p. 888.

<sup>5</sup> *Idem*, vol. 2, p. 1776.

<sup>6</sup> José Pedro Machado (coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1981, vol. V, p. 238.

<sup>7</sup> J. A. Marques Gomes, *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p. 339-341. Cf. fotografias de António Campos Graça in João Gonçalves Gaspar (coord.), *Aveiro Antigo. Reedição do Catálogo da Exposição de António Graça, realizada de 5 a 14 de Outubro de 1984, no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro*, 2.<sup>a</sup> ed. Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 2001, p. 30-31.

Em Janeiro de 1952, foi de novo reparada, como refere numa breve local o *Jornal de Notícias*, que sublinha o facto de ser «a mais antiga fonte de Aveiro», «a fonte onde se encontra o único brasão de armas dos duques de Aveiro»<sup>8</sup>.

Todavia, um conjunto de alterações recentes naquele espaço, decorrentes do alinhamento dos prédios urbanos da Av. Mário Sacramento, obrigaram a Câmara a mudar a fonte – que convivera durante décadas com um lavadouro público – para um local próximo. É estranho que uma edificação pública do século XVI tenha sido colocada num local de passagem, muito discreto, arredada do convívio dos Aveirenses e de todos os que visitam a cidade, e permaneça quase completamente desconhecida dos roteiros turísticos locais...

## 1.2. O «Aqueduto ou Arcada do Cojo», séculos XVI-XVII

Em 1687, Cristóvão de Pinho Queimado redige a mais antiga descrição conhecida desta cidade, a *Memória da Vila de Aveiro*. Nesse texto é feita a mais antiga referência escrita ao monumental aqueduto que conduzia a água até à Fonte dos Arcos e à Fonte da rua da Vera Cruz. Em 1843, O *Panorama* publicou uma conhecida gravura (de origem desconhecida), que seria sucessivamente reproduzida na décadas seguintes. Em 1916, Francisco Luís Pereira e Licínio Pinto, os dois mais famosos pintores da Fábrica de Louça da Fonte Nova (1882-1937), reproduziram essa gravura num painel de azulejos na estação do caminho-de-ferro de Aveiro, dando-lhe maior monumentalidade, elevando a altura dos arcos do referido aqueduto<sup>9</sup>.

O número de pilares que ali podemos contar numa fotografia do início dos anos 70 do séc. XIX (54) é muito inferior ao que indica Marques Gomes, num texto publicado (certamente) dois anos após a demolição do vetusto edifício. Com efeito, este historiador aveirense afirma que «a água que vinha antigamente para estas duas fontes seguia por um *aqueduto de alvenaria, composto de 97 arcos*»<sup>10</sup>, o que faz supor que o aqueduto se alongava pelo vale do Cojo numa grande extensão. Por seu lado, Rangel de Quadros Oudinot esclarece que «o aqueduto segue diversas ondulações, que o obrigam as circunstâncias do terreno, que é um tanto acidentado. Em alguns lanços quase lhe serve de muro de suporte», acrescentando que não dava «alimento à [...] Fonte Nova, mas sim ao chafariz que está no claustro do Mosteiro de Jesus»<sup>11</sup>.

Na sua *Memória de Aveiro, no século XIX*, também José Ferreira da Cunha e Sousa refere, de passagem, este aqueduto, ou Arcada do Cojo: «[...] Naquele tempo, a água vinda para a fonte da Praça, seguia da caixa do caminho da Forca por um encanamento, seguindo paralelo ao valado de loureiros, e depois aos muros dos quintais, e dando volta nas traseiras da casa do Visconde de Valdemouro, tomava a direcção do Sul, até à rua do Cais, seguindo por ela até às traseiras da casa que foi de Alexan-

---

<sup>8</sup> «A mais antiga fonte de Aveiro toma novo aspecto», *Jornal de Notícias*, 64.º ano, n.º 225, 16 de Janeiro de 1952, p. 4, c. 4.

<sup>9</sup> *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, p. 226.

<sup>10</sup> J. A. Marques Gomes, *Memória de Aveiro*, 1875, p. 170.

<sup>11</sup> J. R. Rangel de Quadros Oudinot, *Fontes em Aveiro*, s. d., fl. 10.

dre Ferreira da Cunha, contígua à que é hoje dos herdeiros de José Eduardo de Almeida de Vilhena, na rua de Entre Pontes»<sup>12</sup>.

O aqueduto foi demolido em 1873, como testemunha Marques Gomes (ou entre 1869 e 1871, segundo Rangel de Quadros Oudinot<sup>13</sup>), «em virtude de a actual Câmara mandar fazer um encanamento subterrâneo da água»<sup>14</sup>. É possível que necessitasse de grandes reparações e que não já não cumprisse o que dele se esperava, ou que os materiais de que era feito inviabilizassem a sua manutenção, mas também parece evidente que ao olhos da edilidade da época, se tornou um obstáculo à renovação da paisagem urbana. E a condução subterrânea da água passa a ser a solução mais seguida.

As informações sobre as razões que ditaram a sua demolição são equívocas, como restam algumas dúvidas relacionadas com o material de que era feito. Marques Gomes, como vimos, afirmou que se tratava de um *aqueduto de alvenaria*, sem especificar o tipo de pedra com que fora construído. O único vestígio desse aqueduto ainda existente, integrado na estrutura de um prédio urbano<sup>15</sup>, parece confirmar a suspeita de que era feito de material friável, de difícil conservação: grés vermelho de Eirol misturado com adobe, material com que era feita pelo menos uma parte da velha muralha medieval, como mostra uma fotografia bem conhecida.

Diga-se de passagem que muitos edifícios da cidade e da região incorporaram grés duro de Eirol e xisto de Canelas, a par do granito ou do calcário<sup>16</sup>. A falta de pedra na região legitima a interrogação: terá sido o aqueduto demolido para aproveitamento da pedra na construção de outros edifícios da cidade? Faço notar que, durante as duas décadas anteriores, os restos da velha muralha medieval e dois templos, um na cidade e outro em Esgueira, foram demolidos para a obtenção de pedra para os alicerces do liceu e do teatro e, especialmente, para as obras da barra e do cais da cidade. A pedra granítica vinha, habitualmente, de Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga; a calcária, com que foram feitas as principais fontes da cidade, nomeadamente a do Largo do Espírito Santo, hoje conhecida como Fonte das Cinco Bicas, e a da Praça do Peixe provieram de Ançã, de Outil ou de Portunhos. Destas localidades vinha, também, a pedra para os jazigos dos cemitérios, antes da invasão do mármore que tornou as nossas necrópoles espaços atulhados dessa pedra eterna...

A *Memória* de Pinho Queimado prova que, pelo menos em 1668, já existia o referido aqueduto, embora não se conheça a data da sua construção. Sem fundamentar a afirmação, Walter Rossa considera que esse aqueduto integra o conjunto de obras realizadas no século XVI, época em que «se argue-

---

<sup>12</sup> José Ferreira da Cunha e Sousa, «Memória de Aveiro, no século XIX», 1940, p. 98. Ver, também, Eduardo Cerqueira, «Um acervo de obras em Aveiro, incluído num Aviso [...]», 1975, p. 204.

<sup>13</sup> J. R. Rangel de Quadros Oudinot, *Fontes em Aveiro*, s. d., fl. 52.

<sup>14</sup> J. A. Marques Gomes, *Memória de Aveiro*, p. 170.

<sup>15</sup> Um dos arcos do Aqueduto está integrado no interior no edifício do conhecido estabelecimento comercial do comerciante galego Pejerto Garcia – Casa Peguerto –, na rua Viana do Castelo, onde poderá ser visto.

<sup>16</sup> Cfr. Manuel Ferreira Rodrigues, «A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica», Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*, Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 303-342», 1998, p. 314-315.

ram os primeiros aquedutos urbanos portugueses — Setúbal, Aveiro, Évora, Elvas, Óbidos e Torres Vedras — e se intentou a reconstrução de outros sobre bases romanas — Coimbra e Lisboa»<sup>17</sup>.

Sabe-se que, em 1506, D. Manuel terá enviado à Câmara de Aveiro «a quantia de 10\$000 réis, a fim de esta ordenar a reedificação das muralhas; tal era o mau estado em que se achavam»<sup>18</sup>. Como se vê, o documento compulsado por Marques Gomes não refere a existência dessa construção nos primeiros anos de Quinhentos. O silêncio em torno do aqueduto pode bem significar que ele fora construído pouco tempo antes, não carecendo, pois, de qualquer reparação, ou então teremos de admitir que a sua edificação é posterior. De resto, Rangel de Quadros Oudinot considera que a Fonte da Ribeira e o aqueduto, documentado em 1677, terão sido construídos no final do século XVI ou princípios da centúria seguinte<sup>19</sup>.

### 1.3. A Fonte dos Arcos, 1873

O já referido texto de Cristóvão de Pinho Queimado testemunha a existência de várias fontes, bem como do aqueduto que trazia água para o centro: «As outras oito portas [de Aveiro] contando-as pelo circuito são a do Sol, a do Campo, a do Cojo, a da Ribeira, a do Alboy, a de Rabães, a de Vagos, entre a qual e a de Santo António se acha a frondosa e ordenada alameda que os estrangeiros celebram e admiram; pois na vista da ria, e amenidade do campo se lhe não dá semelhante em todo o Reino: à vista dela *corre uma fonte das cinco que há na Vila*, fora as de que se aproveita em pequena distância, das quais é a principal a da Ribeira, cuja área salutífera e suave, *trazida de longe pelo vale oriental sobre arcos de cantaria, vem despende-se por quatro canos na praça do chafariz de esquadria muito alta e sumptuosa, tão imediato ao esteiro que divide a Vila, que desde os batéis fazem os mareantes as aguadas para abastecer as embarcações*»<sup>20</sup>.

A canalização das águas, do Cojo ao Senhor do Aflitos e do Cojo a Arnelas (bem como a construção da Fonte da Praça do Comércio) tem início em Março de 1872<sup>21</sup> e prolonga-se até ao final do ano seguinte. Em Abril de 1873, Jerónimo Pereira Campos compra no Porto 1000 manilhas de grés, 12 curvas e cimento para as referidas obras<sup>22</sup>. Dois meses depois, compra quatro barricas de «cimento romano» num estabelecimento comercial do Porto e mais 423 manilhas de grés, na Fábrica das Devesas, fundada em 1865, por António Almeida da Costa<sup>23</sup>.

No mês seguinte, inicia-se a construção do chafariz da Vera Cruz, a pedido dos moradores das ruas da Vera Cruz e do Gravito, devido às obras de canalização subterrânea da água<sup>24</sup>. No texto da acta da sessão da câmara pode-se ler que a nova fonte deveria «servir a todas as habitações desde o alto

---

<sup>17</sup> Walter Rossa, «Aqueduto de águas-livres», in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da história de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, p. 70-71.

<sup>18</sup> J. A. Marques Gomes, *Memória de Aveiro*, 1875, p. 170.

<sup>19</sup> J. R. Rangel de Quadros Oudinot, *Fontes em Aveiro*, s. d., fl. 18 e 21.

<sup>20</sup> Cristóvão de Pinho Queimado, *Memória da Vila de Aveiro*, 1937, p. 93. Este documento foi recentemente publicado no *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 25-26, 1995, p. 13-19.

<sup>21</sup> Arquivo Municipal de Aveiro (AMA), *Livro de registo de obras públicas municipais*, 16 de Março de 1872, liv. 456, fl. inum.

<sup>22</sup> AMA, *Livro de registo de obras públicas municipais*, 14 de Abril de 1873, liv. 457, fl. inum.

<sup>23</sup> AMA, *Livro de registo de obras públicas municipais*, 23 de Junho de 1873, liv. 457, fl. inum.

<sup>24</sup> AMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, 8 de Maio de 1873, liv. 20, fl. 123.

da rua de José Estêvão até ao convento de Sá, espaço imenso que não tem de permean uma bica de água». A direcção do Município encomenda ao empreiteiro António Pereira, de Aveiro, o fornecimento de cantaria de Outil e a construção do chafariz, segundo o projecto apresentado no acto do contrato<sup>25</sup>.

Na legenda de uma das fotografias deste chafariz, datada de 1925, pode-se ler que a «Fonte dos Arcos [...] foi demolida em 1932 e, mais tarde, reconstruída noutra local»<sup>26</sup>. Na verdade, a edilidade retirou esta fonte do local original, e montou-a do outro lado da ria, encontrando-se hoje emoldurada por placas azulejares relevadas, da autoria do pintor ilhavense Cândido Teles. Está igualmente um local de passagem.

#### 1.4. O Chafariz da Praça do Peixe e o Chafariz das Cinco Bicas

Na segunda metade dos anos 70 os moradores dos vários lugares dos arredores (como a Quinta do Gato) e das freguesias mais distantes (como a Palhaça) pedem com insistência fontes e canalização de águas. No final de 1875, é adjudicada a obra do chafariz para a Praça do Peixe, a José Augusto da Silva, por 299\$000 réis. A pedra veio também de Outil e Ançã. O desenho é da autoria do Eng. João Honorato da Fonseca Regala, tal como a da Praça do Peixe, daí a sua grande semelhança.

Em 8 de Agosto de 1878, em conformidade com um plano aprovado antes, a Câmara obtém um empréstimo no valor de 10 000\$00 réis, amortizáveis em 10 anos, ao juro de 7% ao ano. Para a edificação de um chafariz, na freguesia da Glória, «de extrema necessidade e instantemente reclamado», estavam destinados 4000\$000 réis; o resto seria para uma estrada (3000\$00 réis) e para a escola da Vera Cruz outro tanto. Os 4 contos de réis, especificava o texto, eram para «a exploração de águas, na Brejeira, seu encanamento e construção do chafariz do Espírito Santo», hoje conhecido como Fonte das Cinco Bicas<sup>27</sup>. Na freguesia da Glória apenas existiam duas fontes, situadas em dois extremos da freguesia, «que pouca água podem fornecer». O chafariz era considerado «uma obra de grande vulto e muito dispendiosa». As obras de construção prolongaram-se até em 1880, ano em que foi inaugurado, como se pode ver na inscrição epigráfica dos mesmo<sup>28</sup>.

#### 1.5. Outras fontes e chafarizes

Além destas fontes outras havia então, «de menor importância, chafarizes e tanques para lavadouros, tanto na cidade como nos arrabaldes», como a Fonte do Americano, a do Hospital, a de Santiago, a do Lila, a Fonte da Azenha da Rosa, a Fonte de Vilar, a Fonte e lavadouros de S. Bernardo, a Fonte do Rio do Neto, a Fonte da Preza<sup>29</sup>. Rangel de Quadros Oudinot e a documentação de arquivo

---

<sup>25</sup> AMA, Autos de arrematações da Câmara, 1865-1875, liv. 170, fls. 104-104 v.

<sup>26</sup> Aveiro Antigo. Catálogo da Exposição de António Graça, realizada de 5 a 14 de Outubro de 1984 no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, Edição dos Serviços de Cultura, 1985, p. 45.

<sup>27</sup> AMA, Actas da Câmara Municipal de Aveiro, 8 de Agosto de 1878, liv. 21, fl. 209-209 v. e 211 v.-212.

<sup>28</sup> AMA, Livro dos autos de arrematações da Câmara, liv. 171, «Auto de arrematação do fornecimento da pedra de Outil para a construção de um chafariz no largo do Espírito Santo, seu aparelho e assentamento pela quantia de \$430 réis», 2.11.1879, fls. 74-75 v.

<sup>29</sup> J. R. Rangel de Quadros Oudinot, «Aveiro contemporâneo», p. 22 e *idem*, Fontes em Aveiro.

referem a demolição de algumas fontes, na segunda metade do século XIX, como a do Cojo, que ficava próximo dos Arcos do Cojo<sup>30</sup> ou a de Santa Rita (1662), que tinha uma inscrição idêntica à que se encontra na Fonte dos Amores e outras ainda<sup>31</sup>.

## 2. Os monumentos da (tardia) chegada da água domiciliada

Com a chegada da água canalizada, os depósitos ou reservatórios assumem, pelas suas dimensões, qualidade arquitectónica e forte presença na paisagem urbana a nova face do património cultural construído relacionado com o abastecimento de água. As duas mais importantes estruturas desta nova fase são o monumental depósito da Av. Mário Sacramento, inaugurado em 1952, e o depósito de Siza Vieira, na Universidade de Aveiro, construído entre 1988 e 1989, enquanto decorria a construção da Biblioteca da mesma universidade (1988-1995).

No final da I Guerra Mundial, os projectos de modernização apresentados por Lourenço Peixinho são adiados pelas enormes dificuldades emergentes e pela prioridade dada à electrificação da cidade e do concelho. Assim, só depois da criação dos Serviços Municipalizados de Aveiro, em 1924<sup>32</sup>, e depois de se ter iniciado a electrificação das restantes freguesias do concelho, é que se iniciam as obras de modernização do sistema de abastecimento de água na cidade, embora não estejamos ainda perante a sua distribuição ao domicílio. Faço notar que a electrificação da cidade e do concelho, a decorrer desde o início dos anos 20, tornar-se-ia decisiva para o estabelecimento de uma melhor rede de distribuição de água, pois só com bombas eléctricas foi possível fornecer água às zonas de cota mais elevada da cidade e bombeá-la especialmente dos poços, mesmo na cidade, para alimentação de reservatórios e dos diversos marcos fontanários edificadas, possibilitando igualmente o aumento do número de lavadouros.

De facto, nesses anos 20, assiste-se à multiplicação de marcos fontanários por toda a cidade e em algumas freguesias da cidade, bem como à substituição das bicas abertas por torneiras. O precioso líquido deixava, desse modo, de cair livre e permanentemente, enquanto continuavam as análises das águas do concelho, assim como eram intensificadas as pesquisas para encontrar outras nascentes, pois nessa década é frequente o recurso aos poços.

Devido ao crescimento urbano e a um conjunto de verões quentes e secos, nesses anos 30, a falta de água tornou-se uma questão premente no conjunto das preocupações da direcção do município. Esses estios sucessivos contribuíram para realçar a incapacidade do sistema estabelecido para o abastecimento da cidade e do concelho. Por toda a parte foram feitas prospecções municipais e particulares.

Em 1933, o empresário Duarte Tavares Lebre regista a «descoberta», no sítio do Carvalho, na Quinta do Picado, freguesia de Aradas, de uma nascente de «águas minerais», conhecida por Fonte do Carochinho. Da referida fonte brotava uma água, caracterizada pelo Prof. Charles Lepierre, em 1916,

---

<sup>30</sup> AMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, 4 de Maio de 1861, liv. 17, fl. 77 v.

<sup>31</sup> J. R. Rangel de Quadros Oudinot, «Aveiro contemporâneo», p. 22.

<sup>32</sup> Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *Os Serviços Municipalizados de Aveiro, 1924-1999. 75 anos a servir o Concelho*, Aveiro, Serviços Municipalizados de Aveiro/Câmara Municipal de Aveiro, 1999.

como «minero-medicinal hiposalina, cloretada-sódica, sulfatada-magnésica»<sup>33</sup>. Durante esse ano, continuavam os estudos e análises de águas que poderiam abastecer a cidade. A este propósito, pode-se ler em *O Democrata*: «[...] a Câmara não descarta este assunto. E tanto assim que devem ter sido analisadas, no Porto, as amostras para lá enviadas das águas do Carochó e do poço das Quintãs que, se merecerem a aprovação, é possível que venham dentro em breve a abastecer a cidade, como tão necessário se torna»<sup>34</sup>.

Mas se as nascentes descobertas tinham água de boa qualidade, não tinha a água suficiente para abastecer a cidade. «Enlaçada de água, a cidade de Aveiro não dispõe de água bastante para a economia da sua população» – era assim que, em 1934, Alberto Souto caracterizava a situação em que se encontrava a cidade, numa altura em que, das dezoito capitais de distrito do Continente, apenas Aveiro e Castelo Branco desconheciam os benefícios de um serviço regular de distribuição de águas. Ou, como enfatizava um semanário local: Aveiro era «a única capital de distrito que bebia água de poços como há mil anos!»<sup>35</sup>.

A falta de água e os cuidados com a sua qualidade não fazem descuidar a edificação de um conjunto de infra-estruturas, como os reservatórios, construídos já em cimento, bem como a modernização das condutas de água, sendo substituído, finalmente, tudo o que restava da velha canalização em grés, instalada em 1873, e que tantas dificuldades trouxe pelas frequentes roturas provocadas pelas obras nas estradas. No entanto, ainda não estamos perante soluções modernas, que vinham sendo adoptadas em algumas cidades portuguesas.

Ao longo desta década, em todas as actas da Câmara sente-se a reivindicação pública de distribuição da água ao domicílio e ligação dos esgotos das casas aos colectores públicos. Os nauseabundos palheiros de escaço são progressivamente afastados da cidade e é exercida uma forte pressão sobre as cavalariças ainda em grande número. Apesar de tudo, as mudanças não eram visíveis. Mesmo os periódicos locais próximos da presidência da Câmara não escondem o que continuava por fazer.

Em 13 de Outubro de 1934, lê-se no *Diário do Governo* que «Aveiro tem 15 000 habitantes e não possui rede de distribuição de água aos domicílios. A água distribuída, por fontes e marcos, não é aconselhada para uso interno».

A efectiva modernização do abastecimento de água, em Aveiro, só se verificaria, nos últimos anos da II Guerra Mundial, após a descoberta da nascente do Vale das Maias. Os trabalhos de captação começaram no dia 11 de Setembro de 1944, escreve em 1964, o *Correio do Vouga*, acrescentando: «a rede de distribuição principiou no dia 5 de Fevereiro de 1945; a conduta de 9 km, foi concluída em 27 de Janeiro de 1946; a água correu pela primeira vez em Aveiro, no fontanário da Praça do Peixe, em 14 de Abril desse ano. Depois de concluída a obra, foi necessário construir, na Rua de Ílhavo [actual Av. Mário Sacramento], três reservatórios: um elevado, com a capacidade de 750 m<sup>3</sup>, e dois enterados, com a capacidade de 500 m<sup>3</sup> cada um. Como a água, embora leve e pura, era agressiva pela falta de sais, construiu-se, no Vale das Maias, uma estação de tratamento pela cal apagada. Por outro lado, a rede foi prolongada até Esgueira, freguesia incorporada na área da cidade, em 1945»<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> AMA, *Registo de descobrimento de nascentes de águas minerais*, 1933, fl. 1.

<sup>34</sup> *O Democrata*, n.º 1 298, 4.11.1933, p. 1, c. 3.

<sup>35</sup> «Uma efeméride notável», *Correio do Vouga*, n.º 1715, 11 de Setembro de 1964, p. 1 e 6.

<sup>36</sup> «Uma efeméride notável», *Correio do Vouga*, n.º 1 715, 11 de Setembro de 1964, p. 2.

No início de Agosto de 1946, «começaram a ser feitos contratos com os consumidores de água, aos quais se exige a avença correspondente ao mínimo mensal e a caução determinadas pela Câmara, em conformidade com instruções desta transmitidas à Secretaria pelo engenheiro-director da obra de abastecimento de água à cidade»<sup>37</sup>. As obras decorreriam até 1952, ano em que, pela primeira vez, a cidade seria dotada de infra-estruturas de abastecimento de água às populações: em 25 de Maio, no ano da inauguração do Liceu de Aveiro e da Ponte-Praça, é inaugurado o reservatório da Rua de Ílhavo, actual Av. Mário Sacramento, mais conhecido por «Depósito da Água»<sup>38</sup>. A partir de então, assiste-se ao crescimento da rede de abastecimento de água, apesar dos protestos e resistências de muita gente que se recusava a pagar a água, quer a consumissem quer não.

Mais uma vez é discutida a passagem da gestão do abastecimento de água para os Serviços Municipalizados de Aveiro, mas isso só se verificaria no ano seguinte. Recordo que, já em 1944, quando estavam em curso as obras para o abastecimento de água canalizada à cidade, a Câmara Municipal de Aveiro decidira municipalizar esse serviço, passando os Serviços Municipalizados de *Electricidade* de Aveiro, fundados em 27 de Agosto de 1924, a Serviços Municipalizados de *Águas e Electricidade* da Câmara Municipal de Aveiro. Em Setembro de 1944, foram festivamente inauguradas as fontes restauradas do Largo de Luís de Camões, ou das Cinco Bicas, e da Praça do Peixe, onde correu pela primeira vez água potável conduzida do Vale das Maias, lugar situado no limite dos concelhos de Ílhavo e Vagos.

Nas últimas décadas, a água adquiriu uma importância estratégica para o município aveirense e para os Serviços Municipalizados de Aveiro. Tudo se alterou. Depois de décadas de carências e dificuldades, Aveiro está na linha da frente na distribuição de água de qualidade, no saneamento e nos transportes. Falta fazer algo para que a memória de outros tempos seja salvaguardada, protegida e valorizada.

### 3. Nota final

Este rico e diversificado património corre riscos. O turismo cultural, segundo a Carta sobre Turismo Cultural, de 1976, tem por finalidade principal «o conhecimento dos sítios e monumentos. Exerce sobre estes sítios e monumentos um efeito positivo considerável, na medida em que, pelos fins que pretende atingir, contribui para a sua manutenção e protecção»<sup>39</sup>. Ora, «esta forma de turismo justifica os esforços que a manutenção e protecção exigem da comunidade, face aos benefícios sócio-culturais e económicos que propicia para o conjunto das populações locais»<sup>40</sup>.

Mas os ganhos com a preservação, protecção e valorização do património cultural associado à água tem uma função pedagógica mais vasta, como seja a criação de uma nova sensibilidade, que olhe

---

<sup>37</sup> SMA, Actas [...], Acta n.º 280, 5 de Agosto de 1946, liv. n.º 2, fl. 32.

<sup>38</sup> «25 de Maio de 1952», *Correio do Vouga*, n.º 1092, 31 de Maio de 1952, p. 1 e 3; SMA, Actas [...], 21 de Julho de 1952, liv. n.º 3, fl. 4 v.

<sup>39</sup> «Carta sobre o Turismo Cultural. ICOMOS, Bruxelas, 8 e 9 de Novembro de 1976», in Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 172.

<sup>40</sup> «25 de Maio de 1952», *Correio do Vouga*, n.º 1092, 31 de Maio de 1952, p. 1 e 3; SMA, Actas [...], 21 de Julho de 1952, liv. n.º 3, fl. 4 v.

a água como recurso essencial, escasso e finito, de grande importância estratégica, especialmente nos dias de hoje, devido, antes de mais, à pressão demográfica — em 1930, a Terra era habitada por cerca de dois mil milhões de pessoas; hoje somos mais de seis mil milhões. Por volta de 2050, seremos certamente perto dos dez mil milhões<sup>41</sup>.

Como já foi sublinhado, «sem água, nenhuma cidade pode sobreviver e a sua qualidade assume quase a mesma importância que a sua quantidade»<sup>42</sup>. E, no entanto, a quantidade de água potável disponível é muito reduzida para as necessidades humanas: apenas 3% das águas do planeta são potáveis e estão distribuídas de forma muito desigual, pois só um pequeno punhado de países detém cerca de 60% dos recursos hídricos mundiais (Brasil, Rússia, China, Canadá, Indonésia, Índia e Estados Unidos da América). Noutros, porém, regista-se uma penúria quase absoluta. Segundo algumas estimativas, em 2010, 32 países, na África, na América e na Ásia (bem como certas regiões europeias e americanas) não terão água. Nas próximas décadas, a água estará no centro dos mais graves conflitos. Segundo alguns autores, batalhas sangrentas terão lugar pelo controlo de alguns rios<sup>43</sup>. Diz Jacques Attali que a Turquia dominará o Tigre e o Eufrates, a Etiópia (que passará dos 55 milhões de habitantes, em 1993, para 94 milhões, em 2010) quererá dominar o Nilo. Angola, a África do Sul, a Namíbia e o Botswana disputarão o controlo das águas do Okavango. Segundo o referido autor, hoje, a agricultura utiliza dois terços da água potável. Para satisfazer as necessidades alimentares, sem modificação das técnicas de cultura, a proporção das superfícies irrigadas deverão aumentar um terço, até 2010, e metade, até 2025; os usos domésticos e industriais aumentarão duas vezes mais depressa do que a população que regista um crescimento preocupante. Globalmente, a procura de água duplicará nos próximos vinte anos: «ao ritmo actual, toda as águas da superfície estarão consumidas em 2100. A escassez de água conduzirá à subida do seu preço, ao tratamento e reciclagem de todos os efluentes industriais e urbanos, como se prevê que sejam desenvolvidas linhas de investigação de dessalinização das águas do mar»<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup>Philippe Collomb, «Que segurança alimentar para os países em desenvolvimento em 2050?», in Unesco, *As chaves do século XXI*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.

<sup>42</sup>Herculano Cachinho, «Abastecimento público», 1994, p. 2.

<sup>43</sup>Jacques Attali, «Eau», *Dictionnaire du XX<sup>e</sup> siècle*, 1998, p. 105-106.

<sup>44</sup>*Ibidem*.